

“AH, PRA EU TE FALAR A VERDADE EU AINDA SINTO SAUDADE DA FÁBRICA”: NARRATIVAS OPERÁRIAS SOBRE A FÁBRICA TÊXTIL DE AREIA (1940-1980)¹

Pollyana Cardoso Dantas.²

RESUMO

O presente estudo se baseia na metodologia trabalhada pela história oral, incluindo a pesquisa bibliográfica e de campo e partirá de algumas reflexões teóricas suscitadas por Maurice Halbwachs (1990); Ecléa Bosi (1999), Michel de Certeau (1994), entre outros. As entrevistas feitas a ex-operárias da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” (1940-1980) da/na cidade de Areia-PB, cujas memórias passadas evocadas no presente e transmitidas pela fala de forma seletiva, (re)construíram os espaços ocupados por antigos operários, a saber, a fábrica e seu complexo: a Vila Operária. Fizeram-nos perceber que um aspecto importante da memória é a relação que esta estabelece com os lugares. E, embora a estrutura física da fábrica não mais exista, na recordação das nossas narradoras a memória as repõe em seu lugar de origem, lhes atribuindo mais que forma, significação e sensibilidade.

Palavras-chave: Cidade; Memória operária; Fábrica.

A construção dessa história é toda feita de encontros, pois a memória, “... só se instala num encontro fortuito, no outro.” (CERTEAU, 1994, p.162), com indivíduos que no contexto das relações estabelecidas com seu grupo construíram suas lembranças impregnadas da memória daqueles que os cercaram.

Segundo Halbwachs (1990), as nossas lembranças surgem porque os outros, ou a situação presente as provocam, e a memória do indivíduo depende do relacionamento que este estabeleceu com seus grupos de convívio e de referência. É importante ressaltar que lembrar não é reviver, mas reconstruir, refazer, repensar experiências passadas, com as imagens e idéias do presente.

Por isso, a memória é analisada em nossa pesquisa como uma reconstrução psíquica e intelectual que implica de fato numa representação seletiva do passado. Passado este que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido

¹ Frase inicial do título foi proferida pela senhora Maria Violeta da Cruz, no dia 14 de agosto de 2008. Esse texto é parte integrante da monografia apresentada pela autora sob o título ARENÓPOLIS: TRAMAS E URDIDURAS NA TECELAGEM DE UMA AREIA FABRIL(1940-1980), aprovada em dezembro de 2009.

² Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), professora do Ensino Médio na rede privada.

num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugere Maurice Halbwachs (1990).

Para ele, o indivíduo pode participar de duas espécies de memória: uma individual e outra coletiva, que lhe levarão a assumir posturas diferentes. No quadro de sua vida pessoal ganham importância as lembranças que se distinguem das que lhe são comuns com os outros. Mas em alguns momentos o mesmo indivíduo pode evocar lembranças impessoais que interessam ao grupo, se comportando como um membro deste.

A memória coletiva por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBWACHS, 1990, p.53-54).

Mas embora a memória individual se reporte a pontos de referência que existem fora dela, como as palavras e as idéias que não foi o indivíduo que inventou e que emprestou de seu meio. Nossa memória não se confunde com a do outro uma vez que está limitada no espaço e no tempo da nossa vivência.

Pois nos lembramos do que vivemos, sentimos, pensamos num dado tempo. Mas todos nós carregamos dentro de si uma bagagem de lembranças históricas que podem ser ampliadas pela conversação e pela leitura de outras fontes. Sendo assim, a memória individual está ligada a memória interior e pessoal, enquanto a memória coletiva está apoiada na memória exterior e social. E a primeira se apóia na segunda, já que toda história de nossa vida é uma experiência coletiva.

O conjunto formado pela fábrica e pelas antigas casas de operários está permeado de valores. Embora a estrutura física dessas construções tenha sido destruída, reformada ou conservada em diferentes tempos, por necessidades diversas, o valor histórico permanece, revelando o modo de viver e trabalhar daqueles antigos operários. Há ali o valor cultural, que proporciona subsídios para o esforço da identidade social de um grupo representado no espaço construído. Há também o valor cognitivo, pois possibilita a transmissão de conhecimento e aprendizado sobre o processo de produção têxtil e sobre a relação dos operários com o espaço às futuras gerações³.

³ “A noção de geração deve, portanto, transcender a manifestações “externas”, resultando de um trabalho de memória comum de grupo, que identifica sua vivência e a transmite aos seus sucessores que não a compartilharam.” (GOMES, 1996, p.40)

A fábrica é o lugar e a prática dos operários neste lugar é que constitui o espaço, pois o espaço nada mais é que um lugar praticado. Um aspecto importante da memória é a relação que esta estabelece com os lugares. As histórias que ouvimos referem-se a lugares antigos inseparáveis dos eventos neles ocorridos. Pois tanto a memória individual como a coletiva tem nos lugares uma referência para a sua construção ainda que estes não sejam condição primordial para a sua preservação, pois do contrário, povos nômades não teriam memória.

Desse modo, tanto os espaços que estes grupos ocuparam como as relações construídas com esses espaços são importantes referências na memória dos indivíduos e as mudanças empreendidas nesses lugares acarretam mudanças significativas na vida e na memória dos grupos.

O trabalho na fábrica era realizado por operários e por máquinas e o ritmo desse trabalho era ordenado pelas últimas. A mão e os pensamentos eram quase que forçados a separação, unidos somente quando a produtividade capitalista assim o exigia. A maioria das pessoas empregadas era da própria cidade favorecendo o desenvolvimento econômico e social de Areia, modernizando-a por ser este um empreendimento fabril de médio porte.

A partir do contato estabelecido com alguns ex-funcionários constatamos que havia uma falta de especialização dos operários da indústria têxtil, pois os patrões julgavam desnecessário empregar trabalhadores capacitados em um tipo de atividade que exigia, sobretudo, atenção e agilidade com as mãos para remendar os fios.

Com relação às diversas funções que compreendiam o universo fabril, os setores que mais empregavam operários eram os de tecelagem e fiandeiro, ocupados na sua maioria por mulheres. Os cargos de chefia, como chefe de fiação, contra-mestre de tecelagem e fiação, em todos os casos só empregavam os homens. Essa dominância masculina na chefia das atividades desenvolvidas na fábrica demonstra que as mulheres mesmo sendo a maioria da força de trabalho dentro da fábrica, eram comandadas pelo sexo oposto.

Com relação à idade dos funcionários percebemos que havia certa preferência pelos trabalhadores mais jovens, pois estes poderiam oferecer maior agilidade e melhor capacidade de produção, valores que eram apreciados pela administração da fábrica que buscava uma produção rápida e em larga escala.

(...) sofremos no dia-a-dia a inexorável divisão que nos constrange a deixar a casa pelo trabalho, a juventude pela maturidade e nos rouba do convívio mais caro. É a força do tempo social marcado por pontos de orientação que transcendem nossa vontade e nos fazem ceder a convenção. (BOSI, 1999, p.417).

A necessidade de trabalhar e ajudar nas despesas familiares levou muitos meninos e meninas com seus 12 e 13 anos a deixarem à vida de criança e o conforto do lar para trabalharem na fábrica. Embora contratados clandestinamente por não estarem de acordo com a legislação trabalhista em vigor na época⁴. Foi este o caso da nossa entrevistada D. Maria Violeta da Cruz⁵, que conheceu o mundo fabril ainda na adolescência:

(...) nasci em Areia, me criei em Areia. Com 12 anos fui trabalhar na fábrica, mas tive que aumentar mais a minha idade porque eu era muito nova, mas eu precisava trabalhar (...) Apenas eu conhecia a gerente né? Aí falei com ela que eu queria trabalhar na fábrica. Aí ela disse que eu tinha a idade pouca ainda, mas mesmo assim deu um jeito né? Que eu aumentei um pouco aí ela arranhou essa vaga pra mim.

Como D. Violeta era menor de idade a gerente teve que burlar a lei, para que ela pudesse trabalhar, já que o emprego se impunha como algo de extrema necessidade. Assim, o tempo de brincar, estudar, sonhar, foi substituído pelo cansaço do trabalho e até mesmo risco de vida. Tendo em vista os equipamentos da fábrica, que possuía máquinas imensas e lançadeiras de ferro, que chegaram a ocasionar acidentes, prejudicando a saúde física de alguns trabalhadores.

De acordo com os depoimentos obtidos, a fábrica era espaçosa, iluminada, com janelas que favoreciam a ventilação, embora a constante movimentação das máquinas e de homens e mulheres no interior das instalações fabris ocasionassem o aquecimento desses lugares. Pó, felpas de algodão no ar, calor e barulho, este era o ambiente em que trabalhavam os operários que não utilizavam máscaras, ou nenhum outro tipo de equipamento de segurança.

Grupos de trabalhadores sempre revezavam os turnos de tal forma que a fábrica estava sempre em movimento, funcionando 24 horas por dia. Ela só parava no sábado à tarde, para a limpeza das instalações serem feitas, e retomava seu funcionamento na

⁴ A CLT, que regulamentou o trabalho a partir de 1943, traz no seu capítulo IV as disposições sobre o trabalho do menor de 18 anos. Na redação original do artigo 403, proibia o trabalho aos menores de 14 anos. BRASIL. Decreto-Lei no 5452 de 1º de Maio de 1943. Consolidação das leis do trabalho.

⁵ Entrevista concedida á autora em 14 de agosto de 2008.

segunda pela manhã. Tais jornadas de trabalho afetavam consideravelmente a vida dos operários.

O ciclo dia e noite é vivido por todos os grupos humanos mas tem, para cada um, sentido diferente. (...) As jornadas operárias em turnos alternados semanais afetam a coerência da vida da família, roubam o passado e o futuro. Impedem os projetos e a sedimentação das lembranças, lançam o trabalhador num tempo mecânico, homogêneo, onde qualquer ponto pode ser o de origem, onde não há marcos de apoio. (BOSI, 1999, p. 417).

Desse modo, o ritmo do sono e até o sistema nervoso dos operários foi violentado para que estes pudessem seguir os vetores de um tempo sem margens e mergulhar nesse tempo vazio que decompõe a vida para que o objeto da indústria se integre e se componha. Assim, o tempo social absorveu o tempo individual.

No entanto, percebemos que a presença da fábrica de Fiação e Tecelagem provocou mudanças significativas na paisagem urbana da cidade, nos costumes, nos comportamentos. Sons como o do apito da sirene, antes desconhecido, passaram rapidamente a integrar o cotidiano da cidade e a comandar a vida das pessoas.

(...) As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória. Além desses apoios temos a paisagem sonora típica de uma época e de um lugar. Há paisagens sonoras (...) das cidadezinhas onde os sons estão sujeitos aos ciclos naturais de atividade e repouso de seus produtores. (Ibid, p. 444-445).

Para D. Violeta havia uma relação disciplinar entre o apito da sirene e sua entrada no trabalho que ia das 10 horas do dia até às 6 horas da noite: “Era tinha a sirene, tinha a sirene. Apitava faltando 20 minutos pras 10, quem tava em casa já ia né? Aí quando dava 10 horas que apitava todo mundo entrava. Era assim.”

Esses trabalhadores se organizavam em três turnos. O primeiro pegava das 22 horas até às 06 da manhã; o segundo entrava às 06 e saía às 14 horas; o terceiro ia das 14 às 22 horas. Ao entrar na fábrica eles passavam um cartão que os identificava em um relógio mecânico que registrava a entrada e saída de cada operário, marcando o ponto.

No interior da fábrica, o tempo e atenção de todos era dedicado apenas ao trabalho e as máquinas, impedindo qualquer “associação” entre os trabalhadores, que de acordo com a divisão setorial do trabalho foram privados do conhecimento de outras funções, se limitando apenas a parte que lhes cabia na produção. Não havendo pausa para o descanso como testemunha D. Violeta:

Ninguém podia conversar. Se o mestre pegasse as pessoas conversando, ai meu Deus, ia pro carão. Era.(...)Não podia não, conversar não. A atenção era

só no trabalho e mesmo não podia conversar porque aquelas máquinas pesadas né? Se nego fosse se distrair (...) acabava se acidentando e não dava certo, tinha que ter a atenção ali. A atenção só era ali mesmo no trabalho.

O olhar vigilante dos mestres que rondava os espaços da fábrica, sempre atentos e prontos a resolver qualquer problema que ocorresse com as máquinas evitando a ocorrência de prejuízo na produção, bem como a presença do gerente, incomodava os operários que se sentiam vigiados, inibidos, coagidos.

Mas na ausência destes, eles trabalhavam com maior liberdade o que lhes garantia a satisfação desejada, se sentiam os donos das máquinas em uso e viam todo o processo de tecer e fiar não como um mero serviço, mas como uma arte do qual eram portadores. Eram mais “donos da fábrica” que os proprietários, pois aqueles mantinham o empreendimento fabril e possuíam os meios de produção, mas eram os operários que a faziam funcionar e utilizavam aqueles meios para produzir.

Os operários não andavam fardados, “Não, era roupa normal mesmo, a única coisa que a gente tinha era um aventalzinho somente.”, recorda D. Violeta. Afinal de contas, fardas uniformizam e lá era cada um por si, pois havia por parte do industrial a tentativa de “impossibilitar a consciência de classe.”

Mas estes operários não estavam isentos de acidentes, pelo contrário, as possibilidades destes acontecerem eram enormes tendo em vista o tamanho das máquinas.

Na idade da Máquina, a mão teria, por acaso, perdido as finíssimas articulações com que se casava às saliências e reentrâncias da matéria? O artesanato, por força, recua ou decai, e as mãos manobram nas linhas de montagem à distância dos seus produtos. Pressionam botões, acionam manivelas, ligam e desligam chaves, puxam e empurram alavancas, controlam painéis, cedendo a máquina tarefas que outrora lhes cabiam. A máquina dócil e por isso violenta, cumpre exata o que lhe mandam fazer; mas, se poupa o músculo do operário, também sabe cobrar exigindo que vele junto a ela sem cessar: se não, decepa dedos distraídos. Foram 14 milhões os acidentes de trabalho só no Brasil de 1975. (Os trabalhos da mão, Alfredo Bosi) (BOSI, 1999, p.470-141).

A mãe de D. Maria Violeta, D. Celina Henriques⁶ que, assim como a filha, exerceu a função de fiandeira, chegou, depois de exaustivas noites de trabalho, a se acidentar tendo alguns dedos mutilados pela máquina. Ela recorda com tristeza o acontecido: “Eu tava uns 5 dias sem dormir trabalhando muito, pegava de 10 soltava de 6. Aí não sei se foi um cochilinho que eu dei (...) aí me levaram pro hospital pra

⁶ Entrevista concedida à autora em 14 de agosto de 2008.

pontear.” Bastou apenas um cochilinho e a máquina não perdoou, foram dedos decepados, dor, lágrimas, momentos de agonia, mãos tão ágeis que sofreram a perda de dedos tão necessários para um bom desempenho nas atividades fabris.

D. Celina afirma que ficou 1 mês sem trabalhar e durante esse tempo não recebeu nenhum tipo de assistência médica por conta da fábrica, e ainda ficou sem receber salário, embora tivesse justificado a sua ausência após a cirurgia, pois teve que ficar de repouso por recomendação dos médicos. Embora tenha voltado a trabalhar após sua recuperação, não pôde mais dar a mesma produção de antes devido à deficiência em uma das mãos. Como consequência, foi posta pra fora, sem nenhum direito assegurado, sem nenhuma indenização paga. Para D. Celina restou tão somente o ressentimento⁷, a triste lembrança da mutilação não apenas de dedos, mas de uma vida, que teve roubada de si o direito de trabalhar.

Como enfatiza Pierre Ansart em *História e Memória dos Ressentimentos*: “É preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois são exatamente estes os sentimento e representações designados pelo termo ressentimento”. Mas muitas vezes nos esquivamos das relações hostis pertencentes à história nos dirigindo apenas as relações positivas das relações humanas. No entanto, os ressentimentos, os sentimentos de hostilidade compartilhados, são capazes de gerar cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo. São vários os sentimentos e emoções criadores de ressentimento, e no caso específico de D. Celina detectamos a experiência da humilhação, que não decorreu apenas de uma inferioridade, mas de um amor-próprio ferido, de uma negação de si e da auto-estima, suscitando rancor e até mesmo ódio. Entretanto, o historiador encontra dificuldade redobrada quando analisa não somente os ódios, mas tenta compreender o não dito, não proclamado, o que é negado e se constitui como um móbil das atitudes e concepções sociais. Pois a consideração dos ressentimentos nos conduzem à zonas confusas e que comportam nas memórias incertezas.

Na estrada de suas lembranças a fábrica emerge à princípio como um espaço de ‘fuga e proteção’, pois o marido a deixou logo cedo e ela teve que trabalhar incansavelmente para cuidar e sustentar a sua filha: “Pra mim foi, pra mim foi importante, embora eu ganhasse um pouquim, mas era coisa certa.” Foi por amar a sua filha que D. Celina não cruzou os braços diante das dificuldades, mas soube vencê-las

⁷ O sentido psicológico de ressentimento é algo como a raiva ou a irritação perante uma desfeita.

com muita luta e trabalho e traz consigo a consolação de ter cumprido bem o seu papel de mãe e funcionária. Na fábrica ela deu o melhor que pôde e apesar das desventuras, hoje descansa.

É importante ressaltar que na fábrica existiam operários que ganhavam por hora, enquanto outros ganhavam por produção. Os operários que trabalhavam a noite ganhavam 20% acima do salário e as crianças por serem menores de idade, mesmo que trabalhassem tanto quanto ou mais que um adulto, ganhavam apenas a metade do salário deste.

Apesar dessa situação, percebemos que o peso da obrigação do trabalho era substituído pelo prazer no cumprimento do ofício, encarado como algo natural e necessário ao desenvolvimento do indivíduo.

D. Rosa Maria do Nascimento⁸, outra das nossas entrevistadas, trabalhou durante 15 anos na fábrica e era tecelã. Entrou para trabalhar graças a intervenção do mestre Luís, um homem que segundo suas palavras “(...)era muito bom e muito bruto, ele falava na sua cara que você chorava tantas vezes.” A lembrança aqui tem muito do ressentimento pelas humilhações sofridas.

D. Rosa nos contou que era comum a lançadeira do tear soltar-se e ser arremessada pela máquina, sem direção, atingindo algum operário. A peça que se soltava era pontiaguda e de metal, podendo causar um sério acidente. Ela recorda com tristeza que na sua época duas pessoas ficaram cegas: “(...) as máquina não eram boa, as primeiras máquinas e quando se desmantelava que quebrava o fio a lançadeira era tão baixa a janela que saltava pra o meio da rua e tem duas pessoas cegas da lançadeira quando voou,...” Em suas tristes recordações um acidente na máquina de costura com um fim bastante trágico também é lembrado: “Olhe a costureira que costurava os sacos, no dia de santo Antônio a máquina tava rodando e ela tinha uns cabelo bonito, grande, a costureira que costurava os sacos né? Aí a correia da máquina pegou o cabelo dela e arrancou com tudo.” Tais acidentes eram previsíveis em um espaço onde máquinas e homens sem equipamentos de proteção trabalhavam diariamente. E apesar de terem acontecido, nenhuma mudança foi feita para evitá-los, afinal de contas quem se prejudicava era o operário e os donos da fábrica não prestavam nenhum tipo de assistência em caso de acidentes, os próprios feridos é quem se responsabilizavam.

⁸ Entrevista concedida à autora em 6 de abril de 2009.

A este grupo de pessoas coube uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória do grupo, da instituição. Mas essa lembrança do passado evocado no presente sofreu um processo de “desfiguração” que Halbwachs põe em relevo. Pois a memória grupal é constituída de memórias individuais e sua reconstrução é feita a partir de idéias e ideais presentes, formada pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado. Por isso, podemos concluir que existe a inerência da vida atual no processo de reconstrução do passado.

(...) Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas correntes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar sua imagem para a história. (BOSI, 1999, p 66-67).

Mas para o narrador “fica” o que significa: fatos não testemunhados se perderam, por não ser objeto de conversa e narração e quando excepcionalmente evocados não trazem consigo o reforço e o apoio contínuo dos outros, tão necessário para que nossas lembranças ganhem consistência. Pois o passado evocado entra no universo pessoal, é a sua vivência de mundo, é a lembrança construindo a sua história, da forma mais apropriada ao sujeito que elabora um quadro seletivo de sua vida e, portanto novo, sem o desejo consciente de modificá-lo.

A lembrança na memória de D. Violeta vem acompanhada de uma valorização do trabalho e de uma crítica e certo estranhamento em face a sociedade atual, onde encontramos tantos jovens ociosos a perambular pelas ruas, sem rumo, sem trabalho. “(...) foi um tempo bom aquela época, ninguém via essas criançada, esse povo, essa rapaziada tudo aí sem emprego né? Não, ninguém via isso porque os rapazinho já queria ir trabalhar, já trabalhava.”

Esse estranhamento é possível porque para a maioria dos nossos entrevistados vê o trabalho como algo natural, como comer e beber, é uma necessidade. Mas algumas vezes se torna visível o peso sacrificial das tarefas contrapondo o aspecto lúdico e liberador de energias. E ao lembrar esses anos passados é possível constatar as dificuldades objetivas da situação familiar, principalmente na infância, onde D. Violeta é concisa, mas expressiva: “(...) eu mesmo pra te falar passava a data de aniversário meu que eu nem sabia.” Ela nos deixa a impressão de uma infância que surge como um álbum sem fotografias.

Há, portanto, por parte dos narradores um saudosismo recorrente, pois a saudade é presentificada na maioria dos depoimentos:

Ah, pra eu te falar a verdade eu ainda sinto saudade da fábrica. Às vezes eu passo ali aonde é o correio né? Que a fábrica era naquele espaço descendo, descendo aquilo ali tudo era fábrica. Ai meu Deus, tem dia que quando eu passo lá, eu olho e digo: - Ou meu Deus. (...) eu gostava de trabalhar na fábrica.

Para D. Violeta, caminhar e ver se confundem na lembrança, pois o tempo de lembrar está entrelaçado ao tempo de trabalhar e por mais que os anos passem os laços não se perdem, nem se soltam, pois as recordações os ligam e solidificam cada vez mais. Destruíram paredes, não as histórias de vida. Embora a estrutura física da fábrica não mais exista, na recordação dos entrevistados a memória a repõe em seu lugar de origem, lhe atribuindo mais que forma, significação e sensibilidade.

Naquela época também existia a Vila Operária, que foi construída por iniciativa dos proprietários da fábrica “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”. Tendo a sua localização no bairro Frei Damião, na rua Armando de Freitas, era constituída por 26 casas.

A princípio, suas casas foram ocupadas apenas pelos funcionários. Essa Vila, que também era conhecida como Vila Sant’Ana, ficava um pouco distante da fábrica, no alto de um morro. De lá, era possível ter uma visão ampla de todo espaço fabril (lugar do trabalho), bem como ouvir o apito da sirene por ocasião das mudanças de turno.

Não eram todos os operários que moravam na Vila, apenas aqueles de condição financeira menos favorável, que prestavam obediência aos seus superiores e rendiam uma boa produção dentro da fábrica, ou seja, os “bons funcionários”, pois a quantidade de casas era pequena para a demanda. Estes se dirigiam até o gerente, expondo as dificuldades com relação ao sustento familiar e sua necessidade quanto à moradia, e ele quando possível lhes conseguia uma casa que estivesse desocupada, como esclarece D. Violeta: “(...) era assim, a pessoa não tinha casa aí chegava lá no escritório se trabalhasse aí falava lá com o gerente do escritório se tinha uma casa aí (...) se tivesse ele arranjava pra pessoa e a pessoa ficava lá morando.”

Como os moradores não eram os proprietários das casas, cada um deles pagava uma pequena taxa para o aluguel e se responsabilizavam pelo pagamento da energia. Não havendo encanação naquele tempo, eles se deslocavam até a cacimba para buscar água. No entanto, o fato de ter uma casa para morar praticamente de graça, permitia aos

responsáveis pela direção da fábrica fazerem constantes ameaças de despejo, caso o operário mostrasse insubordinação.

Na Vila Sant'Ana, as casas não eram muradas e suas fachadas compreendiam uma porta e duas janelas grandes de madeira. Só se diferenciavam com relação ao espaço dos cômodos, pois algumas eram maiores que outras, quando a família era maior ficava na grande. Vale ressaltar, que todas as moradias eram compostas de sala ampla, dois quartos, cozinha, quintal e um banheiro na parte externa. D. Violeta foi uma das moradoras da Vila e fala com satisfação sobre a sua casa descrevendo-a da seguinte forma: "(...) a casa era boinha, a casa era de tijolo, de telha, era piso de cimento, era uma casinha boa, uma casinha toda fechada, era uma casinha boa, calçada, tinha banheiro."

A Vila Operária embora definida como lugar pelo urbanismo foi transformada em espaço pelo cotidiano dos moradores, que se apropriaram das casas e nelas construíram seu lar, espaço da proteção da família, do encontro com os amigos, lugar de quietude e por vezes do silêncio que contrastava com o barulho do ambiente de trabalho e a rapidez das mãos à serviço das máquinas. O lugar dos sonhos, da camaradagem entre os vizinhos, de manifestações de afeto e cuidado, onde cada operário era conhecido não pelas funções que ocupavam, mas pelos seus próprios nomes, eram tratados como indivíduos com suas singularidades. Diferente da fábrica onde eram vistos como um grupo, ali cada um era visto de forma particular e diferenciada.

Cada casa, construída de cimento e tijolo, resistente ou não as mudanças do tempo, pois algumas foram destruídas, outras reformadas, poucas continuam com a mesma forma estética de antes e quase nenhuma é ocupada pelos antigos moradores, mas permanecem intactas na lembrança dos operários que as ocuparam na época em que trabalharam na fábrica de fiação e tecelagem.

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? Podem suprimir sua direção, sua forma, seu aspecto, estas moradias, estas ruas, estas passagens. "As pedras e os materiais não vos resistirão", diz Halbwachs. "Mas os grupos resistirão, e, neles, é contra a resistência mesma, senão das pedras, ao menos de seus arranjos antigos que vos batereis. Sem dúvida esta disposição material, isto é, uma coisa, e a força da tradição local lhe vêm da coisa da qual ela era imagem." (BOSI, 1999, p. 452).

Não são casas comuns, que nada tem a nos dizer, pelo contrário, são casas povoadas de lembranças, de encontros, de um emaranhado de coisas, situações e

peças que contribuíram não só para a feitura histórica de cada morador, como construíram a história da própria Vila.

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In. BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas. Editora da Unicamp, 2001.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____ **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. 8.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértio, 1990.